

J. Freitas



Plenário acolhe duas medidas provisórias

Dois medidas provisórias (MPs) aprovadas ontem pelo Plenário do Senado abrem crédito extraordinário em favor de ministérios e da Caixa Econômica Federal. Vários senadores protestaram contra o uso de MPs para abertura de crédito. **Página 3**

J. Freitas



Beatriz Segall, Marisa Serrano, Marley Bisol e Odilon Wagner na audiência

Adelmir Santana (E) relata projeto sobre o Supersimples

Alteração no Supersimples passa na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que prevê a migração de todas as empresas optantes pelo Simples Nacional, extinto em 1º de julho, para o Supersimples – regime diferenciado de tributação. A medida deve beneficiar 1,5 milhão de empresas. **Página 2**

Congresso aprova LDO, que mantém o aperto fiscal

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano determina que governo e suas empresas economizem no mínimo R\$ 78,8 bilhões para pagamento de juros da dívida pública

Jure Acópio



O deputado Narcio Rodrigues preside a sessão em que o Congresso Nacional muda a proposta do governo

O Congresso aprovou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, que mantém o aperto fiscal, mas prevê crescimento econômico de 5% no próximo ano. Entre as novidades, está dispositivo

que proíbe o governo de bloquear em 2008 verbas destinadas à segurança de vôo e ao controle de tráfego aéreo. Outro dispositivo cria limite ao uso de medida provisória para abertura de crédito extraordinário. **Página 3**

Teatro quer agência e incentivo

A atriz Beatriz Segall e o produtor teatral Paulo Pélico defenderam ontem, em audiência no Senado, a criação de uma agência nacional com a incumbência de cuidar especificamente do teatro. Outros participantes cobraram uma política de incentivos para a atividade. **Página 6**

Projeto aumenta responsabilidade de agência de turismo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem projeto que dá mais proteção ao consumidor adquirente de pacotes de viagens. O objetivo é fazer essas empresas transformarem o conjunto de serviços distintos, oferecidos por vários fornecedores, em produto único ofertado ao consumidor final. Se algum item do pacote estiver em desacordo, a agência terá a responsabilidade de ressarcir o cliente e, depois, acionar o prestador do serviço impugnado. **Página 5**

Neuto de Conto assume Comissão de Agricultura

O senador Neuto de Conto foi eleito ontem para presidir a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Preocupado com a crise no setor, provocada pela valorização cambial e pelas dificuldades climáticas, o senador Osmar Dias pediu a fixação de uma pauta que permita à comissão interferir de forma efetiva nos assuntos de importância para o setor. **Página 8**

Para Adelmir Santana, relator na CAE, proposta corrige distorções que excluíam algumas categorias de empresas da migração para o novo sistema simplificado de tributação

Alteração no Supersimples beneficia mais de 1,5 milhão de empresas

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem, em reunião extraordinária, o projeto de lei da Câmara (PLC 43/07) que altera a chamada Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, definindo que todas as empresas já integrantes do Simples Nacional, extinto no último dia 1º de julho, podem migrar para os benefícios do Supersimples, que também é um regime diferenciado de tributação para as micro e pequenas empresas. A medida deve beneficiar mais de 1,5 milhão de empresas, conforme afirmaram alguns senadores.

O acordo para a votação foi fechado na terça-feira, em reunião no gabinete da liderança do governo, e incluiu o compromisso do Executivo de vetar dois dispositivos do projeto no momento da sanção presidencial: o que proíbe aos estados e ao Distrito Federal a cobrança antecipada do ICMS e o que inclui o setor de “transporte de cargas ou de passageiros”, seja intermunicipal ou interestadual, no Supersimples. Ambas as questões, registrou o presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), serão temas de audiências públicas na Subcomissão Temporária de Reforma Tributária da comissão, em agosto. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), garantiu que o presidente Lula cumprirá o acordado.

O relator da matéria no colegiado, senador Adelmir Santana



Senadores aprovam matéria que, conforme acordo, terá dois de seus dispositivos vetados

(DEM-DF), disse que o texto corrige distorções da Lei Geral, que deixavam algumas categorias de empresas de fora da migração para o Supersimples. Já no Plenário do Senado, após encerrar a reunião da CAE, Mercadante frisou que o projeto é uma “verdadeira reforma tributária” para as pequenas empresas, pois reduzirá a carga tributária, “auxiliando na geração de empregos, estimulando o empreendedorismo e ajudando na distribuição de renda”.

Mesmo com a insistência de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a emenda que ele apresentou ao projeto foi rejeitada pelos demais senadores, que não desejavam o retorno da matéria para apreciação da Câmara dos Deputados. Entretanto, concordaram em discutir, no próximo semestre, o teor da emenda, que sugere a inclusão de outras categorias no sistema de tributação especial: profissionais de saúde, clínicas, laboratórios, farmácias e droga-

rias. Azeredo salientou que “a não inclusão dessas categorias é preconceituosa, porque até empresas de cosméticos já estão contempladas”.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) registrou que vários outros setores estão pleiteando a entrada no Supersimples, como corretores de imóveis. Mercadante assinalou que novas inclusões serão discutidas a partir de agosto, pois necessitam da análise do impacto fiscal decorrente. A matéria já está tramitando em regime de urgência.

Campo Grande

A CAE também acolheu autorização para a capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor de até US\$ 17,061 milhões, que irá financiar parcialmente o Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Córrego Imbirissu.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta do Plenário continua trancada por MPs

A sessão plenária é deliberativa e tem início às 14h. Os senadores precisam examinar três projetos de lei de conversão – oriundos de medidas provisórias (MPs) – e duas MPs para desobstruir a pauta de votação da Casa.

Aptidão psicológica será exigida para porte de armas

Entre as matérias a serem analisadas pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) na reunião de hoje, às 10h, está o projeto que exige a comprovação de capacitação técnica e aptidão psicológica das

autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo. Também será examinada indicação da CRE para que sejam realizados estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA).

CCT debate implantação de rádio digital

Às 9h, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) se reúne para discutir a implantação da rádio digital no Brasil. Entre os convidados, estão o assessor especial da Casa

Civil da Presidência da República, André Barbosa Filho, e o assessor técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Ronald Barbosa.

Produção nacional por meio eletrônico

A Comissão de Educação (CE) e a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social reúnem-se, às 10h, para debater projeto que trata da produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro

para distribuição por meio eletrônico. O presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede Internet, Eduardo Fumes Parajo, é um dos convidados da audiência.

Criação de ZPEs em municípios de Rondônia e Pará

Às 11h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se para analisar pauta de seis itens. Entre os projetos, três dispõem sobre a criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) nos municípios de Vilhena

(RO), Marabá e Santarém (ambos no Pará). Também em pauta proposta que obriga a Caixa Econômica Federal a dar prioridade, na aplicação de seus recursos, à promoção do desenvolvimento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste.

Indicação para diretor-geral do Dnit

Na pauta da reunião da Comissão de Infra-Estrutura (CI), que acontece às 10h, está a indicação de Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Será apreciado ainda o substitutivo que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações para incluir na destinação de seus recursos a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações (BSR).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Magno Malta, Papaléo Paes e Mão Santa

Ministérios e projetos apoiados pela Caixa terão créditos extraordinários

Com o voto contrário das bancadas do PSDB e do DEM, o Senado aprovou ontem duas medidas provisórias (MPs) que autorizam a abertura de créditos extraordinários ao Orçamento da União. A primeira (MP 364/07), destina R\$ 1,717 bilhão em favor dos ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades. A outra (MP 365/07), amplia em R\$ 5,2 bilhões o limite operacional da Caixa Econômica Federal.

Segundo justificativa do governo na MP, “os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2006”.

Durante a votação, Jefferson Péres (PDT-AM) protestou contra a aprovação da matéria. Os líderes do PSDB e do Democratas,

respectivamente Arthur Virgílio (AM) e José Agripino (RN), também criticaram a abertura de crédito extraordinário por MP.

Heráclito Fortes (DEM-PI) cobrou informações sobre a destinação dos recursos, “que nunca chegam ao Piauí”, manifestação apoiada por Mão Santa (PMDB-PI). Também os senadores pelo PSDB do Pará, Flexa Ribeiro e Mário Couto, e do Amapá, Papaléo Paes, reclamaram a destinação de verbas federais para seus estados.

Em resposta, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), explicou que os recursos previstos na MP 365/07 serão emprestados pela Caixa a estados e municípios para projetos de saneamento básico e de habitação popular. Ele esclareceu que estão sendo priorizados aqueles projetos que os governadores indicam.

Acolhida indicação de Maria Helena Santana para a presidência da CVM

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana será a primeira mulher a ocupar a presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda. A indicação presidencial foi confirmada ontem pelo Plenário, em votação secreta.

Também foram aprovados os nomes de Marcos Barbosa Pinto e Durval José Soledade Santos como diretores do colegiado que preside a CVM.

As indicações já haviam sido acolhidas em votação secreta, no início da tarde, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por unanimidade e em regime de urgência.

Formada em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), Maria Helena trabalhou na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) por 12 anos e também no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e na Associação Nacional dos Bancos de Investimento.

Escolhidos senadores que representam a Casa no recesso

Na presidência dos trabalhos da sessão deliberativa de ontem, Magno Malta (PR-ES) anunciou os nomes dos senadores indicados para integrar a Comissão Representativa do Congresso Nacional. O Senado comporá a comissão, que vai representar o Congresso durante o recesso parlamentar de 18 a 31 de julho, da seguinte forma:

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM-PSDB) – titulares: senadores Demostenes Torres (DEM-GO), Edison Lobão (DEM-MA) e Lúcia Vânia (PSDB-GO). Suplentes: senadores Jonas Pinheiro (DEM-MT), Marisa Serrano

(PSDB-MS) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

PMDB – titulares: senadores Renan Calheiros (AL) e Valdir Raupp (RO). Suplentes: senadores Neuto de Conto (SC) e Wellington Salgado (MG).

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PL/PSB/PCdoB/PRB/PP) – titulares: senadores petistas Sibá Machado (AC) e Ideli Salvatti (SC). Suplentes: senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Renato Casagrande (PSB-SE).

PDT-PSOL – titular: senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Suplente: senador José Nery (PSOL-PA).

Parlamentares fizeram várias mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano, mas mantiveram os principais parâmetros econômicos

Congresso aprova LDO de 2008, que prevê crescimento de 5%

O Plenário do Congresso Nacional aprovou ontem à noite o relatório do deputado João Leão (PP-BA) sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, que mantém o aperto fiscal do governo, mas prevê crescimento econômico de 5% no ano que vem. O documento determina que o governo e suas empresas terão de economizar no mínimo R\$ 78,8 bilhões para o pagamento de juros da dívida pública.

A sessão foi presidida pelo 1º vice-presidente da Câmara, Narcio Rodrigues (PSDB-MG). Havia receio de que os partidos de oposição obstruíssem a votação, mas Leão aceitou várias reivindicações, permitindo a aprovação em votação simbólica.

O Congresso fez dezenas de mudanças na proposta de LDO que o Executivo apresentou, mas não alterou os principais parâmetros para a feitura do Orçamento de 2008, a ser enviado ao Congresso até o final de agosto. Uma das alterações obriga o governo a gastar em obras de revitalização da bacia do rio São Francisco o mesmo valor destinado à transposição de suas águas para os estados nordestinos.

Salário mínimo

A LDO prevê ainda que o salário mínimo deverá ser reajustado para R\$ 405 em abril, ou seja, receberá a inflação dos últimos 12 meses mais o crescimento da renda *per capita* de 2007. Essa determinação, no entanto, é diferente da previsão contida no PLC

42/07, enviado ao Congresso pelo Executivo e prestes a ser votado pelo Plenário do Senado. O PLC 42, fruto de negociações entre governo e sindicalistas, trabalha com uma correção pela inflação (INPC) mais a taxa de crescimento real do produto interno bruto (PIB) apurada em 2006. Ou seja, pelo projeto o salário mínimo irá superar os R\$ 405.

A LDO aprovada pelo Congresso exige que o Ministério do Trabalho destine verbas a programas de prevenção de acidentes de trabalho, os quais voltaram a aumentar depois de quase duas décadas de redução. Nos últimos anos, os recursos para essas ações caíram tanto que o sindicato dos fiscais do Ministério do Trabalho fez advertências públicas.

Os parlamentares incluíram no projeto novas normas para o governo seguir ao direcionar verbas a obras e serviços em andamento, estabelecendo que terão prioridade aqueles com maior percentual de execução física. Ficou ainda decidido que a União só poderá transferir verbas para o setor privado se as entidades beneficiadas tiverem prestado contas de recursos recebidos anteriormente.

Controle de voo

Os congressistas incluíram na LDO um dispositivo que proíbe o governo de bloquear em 2008 verbas destinadas à segurança de voo e controle do tráfego aéreo. Outra inovação feita pelos deputados e senadores: o Executivo não poderá usar uma mesma

medida provisória para abrir no Orçamento créditos extraordinários para áreas diferentes.

O texto não contém mais o rigor pretendido por João Leão de limitar os chamados “restos a pagar”. Ele chegou a proibir o governo de liberar dinheiro de emendas oriundas dos orçamentos de 2005 e 2006, mas enfrentou forte objeção dos parlamentares. Agora, pode haver liberação de “restos a pagar” de 2005 e 2006, desde que a obra ou serviço beneficiado tenha recebido anteriormente recursos federais.

Partidos de oposição lutaram para mudar vários artigos da proposta de LDO, especialmente aqueles que limitam gastos e pagamentos do governo. O ponto mais visado pela oposição foi o artigo que lista os pagamentos que o governo poderá fazer automaticamente ao longo de 2008 caso o Congresso não vote o Orçamento até o final deste ano. As oposições conseguiram derrubar um parágrafo que autorizava pagamentos de duodécimos para investimentos já iniciados. Assim, se o Orçamento de 2008 não for votado em 2007, nenhum investimento poderá ser executado pela norma do duodécimo.

Congresso aprovou também dois créditos extraordinários: um de R\$ 110,8 milhões para a Zona Franca de Manaus e outro de R\$ 65,425 milhões para os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

LDO trabalha com inflação estabilizada e juros em queda

	2007	2008	2009	2010
Inflação (IPCA) – percentual acumulado no ano	4,5	4,5	4,5	4,5
Crescimento do PIB (%)	4,5	5,0	5,0	5,0
PIB (em R\$ trilhões)	2,52	2,76	3,03	3,32
Cotação do dólar (em R\$) – câmbio em dezembro	2,17	2,23	2,33	2,37
Dívida líquida do setor público (percentual do PIB)	43,9	41,4	38,8	36,0
Juros (taxa Selic) – percentual, descontada a inflação – em dezembro	7,3	6,3	5,6	5,2
Receita primária (em R\$ bilhões)		657,04	727,91	803,28
Despesa primária (em R\$ bilhões)		596,21	661,24	730,15
Resultado primário do governo federal (governo central mais estatais) – em R\$ bilhões		78,80	86,37	94,73
Resultado nominal do governo federal – em R\$ bilhões		-30,76	-25,11	-16,21
Dívida líquida do governo federal – Em R\$ bilhões		784,24	769,44	781,60

Requisição à Polícia Federal deverá ser acompanhada de questionário elaborado a partir de pontos apresentados por Renan e pelo PSOL



Almeida Lima (foto menor) e Renato Casagrande (ao microfone) debatem em Plenário atuação do Conselho de Ética

Solicitação para PF concluir perícia será enviada à Mesa

Após debate de cerca de 40 minutos no Plenário, o presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), informou que a solicitação para que a Mesa diretora requisite à Polícia Federal a finalização da perícia nos documentos apresentados pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) em sua defesa será encaminhada hoje, após reunião entre Quintanilha e os relatores. O conselho se reunirá a partir das 12h.

Ao término da discussão, Quintanilha enviou à Mesa ofício solicitando o compromisso de que seus membros se reunirão ainda hoje, após o recebimento do pedido do conselho, acompanhado do questionário elaborado a partir dos quesitos para orientação da perícia apresentados por Renan e pelo PSOL, autor da representação por quebra de decoro parlamentar.

Conselho rejeita inclusão de nova denúncia

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Leomar Quintanilha, indeferiu o pedido do PSOL de incluir outras denúncias, para investigação, na representação do partido contra o presidente da Casa, Renan Calheiros. Quintanilha divulgou nota à imprensa informando a sua decisão.

O PSOL havia solicitado que, além da investigação sobre denúncias de que Renan teria despesas pessoais pagas por um lobista ligado a uma empreiteira, o conselho examinasse informações de que o presidente

O compromisso da reunião da Mesa ainda hoje foi solicitado pelos líderes oposicionistas como condição para a realização, na noite de ontem, da sessão do Congresso Nacional para a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O senador Magno Malta (PR-ES), que presidia a sessão do Senado, garantiu que a reunião da Mesa será hoje.

Protesto

A polêmica em Plenário teve início quando Almeida Lima (PMDB-SE), um dos relatores do processo a que Renan responde, protestou diante do fato de os outros dois relatores, Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS), estarem reunidos com o presidente do conselho, Leomar Quintanilha, num momento em que o Senado realizava votações. Ele afirmou ainda que precisaria se inteirar de algumas partes dos autos do processo antes

do Senado teria atuado para beneficiar a cervejaria Schincariol em Alagoas.

Quintanilha considerou o aditamento “intempestivo” e afirmou que a medida “atrasaria o andamento das investigações em curso”. O presidente do colegiado considerou ainda que já foram estabelecidos os limites do processo e que o aditamento trata de fatos estranhos ao que está sendo investigado.

Na nota, o senador Leomar Quintanilha afirma que o indeferimento do pedido teve a concordância dos três relatores do processo:

de deliberar sobre o encaminhamento do pedido de perícia à Mesa.

– Não compreendo por que toda essa pressa, tendo em vista que o Conselho de Ética possui inúmeros outros processos, e ninguém fala dos outros – ponderou Almeida Lima.

Para Renato Casagrande, a discussão em Plenário foi positiva, pois acabou fazendo com que a Mesa de fato assumisse o compromisso de se reunir após o encaminhamento do documento que solicitará a perícia à Polícia Federal. Ele negou que o conselho esteja empenhado em atrasar as investigações.

O presidente do colegiado, Leomar Quintanilha, disse estar confiante.

– Havia no Plenário membros suficientes para o funcionamento da Mesa amanhã, entre titulares e suplentes. Creio que não haverá postergação – afirmou.

Renato Casagrande, Almeida Lima e Marisa Serrano.

Nova representação

Em agosto, depois do recesso parlamentar, o PSOL encaminhará com nova representação contra Renan Calheiros, informou ontem o senador José Nery (PSOL-PA).

Nesse requerimento, o partido pedirá que seja investigado se o presidente do Senado teria beneficiado a empresa Schincariol depois que a cervejaria comprou uma fábrica do irmão dele, o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), no estado de Alagoas.

Parecer dá base a processo sobre Gim

Em resposta a José Nery (PSOL-PA), a Consultoria Legislativa da Casa elaborou parecer que aponta possibilidade de que o suplente do ex-senador Joaquim Roriz (PMDB-DF), Gim Argello, responda a processo por quebra de decoro se vier a assumir o mandato.

Segundo o órgão, o Conselho de Ética “deve dirigir a sua atenção aos fatos ocorridos após a diplomação, mormente após a posse no mandato de senador, não obstante não lhe seja expressamente vedado pelas normas regimentais examinar se a vida pregressa do senador” prejudica ou não “o exercício satisfatório do mandato e a imagem da Casa”.

Congresso está trabalhando, afirma Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse na tarde de ontem, ao chegar à Casa, que o Congresso tem trabalhado e mantido sua produtividade, apesar de um primeiro semestre tumultuado. Ele prometeu para até o dia 17 um levantamento de tudo o que os senadores e deputados votaram.

– O Brasil quer que trabalhe. O que precisamos é deixar de nhenhém e trabalhar, votar o que o povo quer que se seja votado – frisou Renan, em referência aos conflitos em torno do processo aberto contra ele.



“Precisamos votar o que o povo quer”, declara Renan

Acordo entre pescadores e governo é comemorado

O avanço nas negociações entre o governo federal e os pescadores artesanais de lagosta foi comemorado ontem em Plenário pelos senadores José Agripino (DEM-RN), Patrícia Saboya (PSB-CE), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Magno Malta (PR-ES).

Novas regras para essa modalidade de pesca, definidas pelo Ibama e pela Secretaria Especial de Agricultura e Pesca (Seap), estavam gerando conflitos do governo com os pescadores que não tinham conseguido se adaptar a elas.

Ontem, o ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, afirmou que o governo concederá um tipo de auxílio, nos moldes do seguro-desemprego, durante 90 dias, aos pescadores que não conseguiram ainda se adequar às novas regras. Além disso, deverão ser disponibili-

zados recursos em torno de R\$ 15 milhões para indenizar os pescadores pela obrigação de trocar os equipamentos usados em sua atividade. A informação foi dada pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

Agripino, que participou da reunião em que o acordo foi feito, disse que os pescadores aceitaram essas propostas, mas exigem a concessão de licença de pesca a todos aqueles que trabalhem, efetivamente, como pescadores; e a criação de uma linha de crédito com os mesmos juros, prazos, carências e tetos para empréstimos praticados pelo Pronaf. Jucá respondeu que a Seap deverá fazer uma pesquisa sobre o número de pescadores de lagosta antes de decidir sobre novos licenciamentos. Além disso, ele confirmou que o governo estuda criar uma linha de crédito especial.



Ao microfone, Jucá anuncia medidas que favorecem pescador artesanal

Audiência na CAS debate regulamentação de profissões

A regulamentação das profissões e a criação dos respectivos conselhos profissionais foram debatidas ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A audiência teve o objetivo de contribuir para o exame de 19 projetos de lei em tramitação no Congresso que tratam do assunto.

Os três presidentes de entidades que tomaram parte da reunião – José Euclides Poubel, do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Maria Teresa Dresch, do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do

Rio Grande do Sul; e Synésio Batista da Costa, do Conselho Federal de Economia – opinaram que qualquer profissão deve ser regulamentada desde que tenha por objetivo servir à sociedade e defender o cidadão, e não apenas atender a interesses de setores profissionais.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) criticou o “excesso de regulamentação de categorias profissionais hoje existente no país”, enquanto Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu a modernização e o aprimoramento das leis para o setor.

Fotos: Célio Azevedo



Proposta de Sibá impede que parentes assumam vaga de senador

Sibá propõe disciplinar escolha de suplentes

Sibá Machado (PT-AC) lembrou que uma de suas primeiras iniciativas ao assumir o mandato foi a de apresentar proposta de emenda à Constituição (PEC) para disciplinar a candidatura do suplente de senador e a eleição de um novo parlamentar em caso de vacância. O projeto encontra-se na CCJ, onde tem José Maranhão (PMDB-PB) como relator.

De acordo com Sibá – que assumiu o mandato no lugar da senadora licenciada e ministra do Meio Ambiente, Marina Silva –, a proposta (PEC 11/03) enquadra-se nos anseios da sociedade e dos formadores de opinião que vêm questionando a legitimidade dos atuais substitutos dos senadores.

A PEC proíbe que o suplente tenha parentesco de até 2º grau com o candidato titular do cargo. Também estabelece que o suplente, em caso de vacância (renúncia, cassação do mandato ou morte do titular), irá substituir o titular somente até a posse de um novo eleito.

A eleição para preencher a vaga deixada pelo senador que não concluir o seu mandato ocorrerá por ocasião das eleições gerais, inclusive municipais, que se seguirem ao surgimento da vacância, exceto quando faltarem 60 dias ou menos para essas eleições – caso em que a escolha será transferida para o pleito eleitoral subsequente.

Sibá observou que a proposição não contempla os suplentes de senadores que exercem cargo no Executivo. “Esses estão exercendo um mandato de forma precária, já que o titular poderá voltar a qualquer momento”, explicou.

Adiada votação de propostas sobre reforma política

Para atender a pedidos de vista, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou ontem o exame de duas propostas de emenda à Constituição (PEC) que tratam de questões relativas à reforma política e partidária.

A primeira (PEC 23/07) propõe que a titularidade dos mandatos seja atribuída aos partidos e prevê a perda do cargo para os parlamentares que mudarem de legenda. Já a PEC 29/07 restringe as coligações entre partidos apenas às eleições majoritárias (para a escolha de prefeitos, governadores, presidente da República e senadores).

Autor dos pedidos de vista – concedidos por cinco dias úteis –, Inácio Arruda (PCdoB-CE) ouviu manifestações de desagrado. Marco Maciel (DEM-PE), primeiro signatário da PEC 23/07, disse que as emendas podem ajudar a corrigir o “déficit de governabilidade” do país. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), formulador da PEC 29/07, caracterizou o pedido de vista como uma “manobra protelatória”.

As duas PECs têm voto do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), pela aprovação. Jarbas observou que a proximidade do recesso parlamentar praticamente elimina a possibilidade de votação na CCJ e no Plenário antes de agosto. Inácio Arruda argumentou que precisa examinar melhor as propostas, e que seu partido tem “profundas divergências” em relação às matérias.

Na reunião, houve também debates sobre o processo de escolha dos suplentes de senadores, tema levantado por Sibá Machado. O vice-presidente da CCJ, Valter Pereira (PMDB-MS), na coordenação dos trabalhos, adiantou que solicitará celeridade na formulação de parecer sobre as PECs 11/03, 8/04 e 42/04, que tramitam em conjunto. O objetivo, afirmou, será colocar o tema em pauta no segundo semestre.

Pedido de vista na Comissão de Justiça adia análise das PECs sobre titularidade dos mandatos e sobre restrições a coligações eleitorais



CCJ aprova projetos sobre autenticação de documentos por advogados e sobre regulação de serviços de turismo

Agências de turismo poderão ter mais responsabilidades

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável a projeto que amplia o grau de responsabilidade das agências de viagem e turismo pelos serviços prestados aos clientes.

A proposta (PLC 22/03) estabelece que, quando algum dos itens de uma viagem ou pacote turístico estiver em desacordo – na qualidade e extensão – do previsto no contrato, a agência contratada pelo cliente terá a responsabilidade legal por reparar os danos sofridos e, depois, acionar os prestadores de serviço que tenham sido contratados – como os hotéis – para obter a compensação.

No entanto, as agências não responderão diretamente quando os prestadores de

serviço estiverem sujeitos a legislação especial ou a tratados internacionais de que o Brasil seja signatário. A proposta mantém a responsabilidade legal das operadoras de turismo – sem repassar às agências que ofertam os pacotes – com relação aos serviços turísticos por elas contratados. O entendimento é de que essas empresas cumprem a função de transformar um conjunto de serviços distintos, oferecidos por vários fornecedores, em um único produto ofertado ao consumidor final.

O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), incluiu no texto oito emendas de sua autoria, na maioria para corrigir imperfeições de redação e de técnica legislativa. Também aproveitou,

na forma de subemendas, três emendas assinadas pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO). Uma das subemendas abre possibilidade, nos casos em que os serviços não forem de responsabilidade da agência, de estas empresas poderem representar – de comum acordo – o cliente nas iniciativas para a reparação.

A matéria segue agora para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), e em seguida vai a Plenário. Por requerimento da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a Comissão de Justiça aprovou a dispensa de audiência pública para instruir o debate da proposta. A parlamentar sugeriu que as audiências sejam realizadas pela CDR.

Projeto autoriza advogado a autenticar cópia

Projeto prevendo que a autenticidade de documentos apresentados como prova em processo trabalhista seja comprovada a partir de declaração do advogado do processo foi acolhido ontem pela Comissão de Justiça.

O projeto (PLC 4/06) modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e também determina que seja admitida a apresentação de recurso ordinário para recorrer de decisões terminativas.

A proposta é uma iniciativa do Poder Executivo, a

partir de recomendações do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Na decisão, os parlamentares acompanharam a recomendação favorável do relator, Eduardo Suplicy (PT-SP). A matéria, já aprovada pela Câmara dos Deputados, agora será examinada no Plenário do Senado.

Ilhas Cagarras

Na mesma reunião, a CCJ deu acolhimento a parecer que transforma as Ilhas Cagarras, no Rio de Janeiro, em unidade de conservação ambiental. A matéria (PLC

19/05) foi relatada na comissão por Patrícia Saboya (PSB-CE).

O projeto, que também será examinado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), foi apresentado à Câmara pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ). Ele argumenta que o arquipélago possui grande diversidade ambiental, com a presença de espécies novas, constituindo uma das últimas áreas ainda preservadas de Mata Atlântica.

Grupo da CCJ avalia mudanças no Código de Processo Penal

O grupo de trabalho que terá a missão de consolidar os seis projetos que tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania visando agilizar o julgamento de processos penais e combater a impunidade no Brasil realizou sua primeira reunião.

O presidente em exercício do colegiado, Valter Pereira (PMDB-MS), indicou, na reunião de ontem, os integrantes do grupo – os senadores Ideli Salvatti (PT-SC), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Pedro Simon (PMDB-RS), Jefferson Péres (PDT-AM) e Romeu Tuma (DEM-SP).

O grupo foi criado a partir de requerimento anteriormente aprovado pela CCJ, proposto por Ideli. A senadora anunciou que já realizou contatos com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, para solicitar sugestões. O presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Rodrigo Colaço, também se prontificou a colaborar.

Em sua primeira reunião, o grupo de trabalho de combate à impunidade decidiu que irá apresentar, em 30 dias, uma proposta para acelerar a aprovação de projetos em tramitação no Congresso Nacional prevendo reforma no Código de Processo Penal.

Estado do Planalto Central

Na pauta de ontem, a CCJ iria examinar projeto de decreto legislativo (PDS 298/02) que prevê a realização de plebiscitos nos estados de Goiás e Minas Gerais sobre a criação do Estado do Planalto Central. A votação foi adiada porque deverá ser promovida uma nova audiência pública sobre o tema.

Foi também adiada, depois de pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a votação do PLC 123/06, que propõe integrar ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) um representante de cada unidade da Federação.

Representantes do teatro ressaltam importância de valorizar setor, que gera empregos e é essencial para a formação da sociedade

Debate aborda necessidade de uma agência para o teatro

Em audiência pública na Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, ligada à Comissão de Educação (CE), o produtor teatral e especialista em legislação cultural Paulo Pélico citou as leis de incentivo à cultura criadas no país – a Lei Sarney, em 1989, e a Lei Rouanet, em vigor – e defendeu uma legislação específica para o teatro, pois, segundo avaliou, a Lei Rouanet trata de maneira igual atividades bem desiguais, como cinema, teatro, museologia, artes plásticas e outras.

– Queremos uma agência nacional para tratar especificamente do teatro – disse.

O especialista registrou que, em 2005, o governo gastou R\$ 50 bilhões em benefícios tributários. A

cultura teve apenas 2% desse total. A Zona Franca de Manaus, a Embraer, o setor têxtil, o de informática e o papel-jornal estão entre os maiores clientes, observou, mas é a cultura que leva a fama de se beneficiar de incentivos fiscais.

Formação cultural

A atriz Beatriz Segall também propôs a criação de uma agência nacional do teatro, como representação federal para compreender o setor e fazer a população entender o papel fundamental do teatro para a formação cultural da sociedade.

– A cultura é geradora de estímulos para o bem-estar da população – afirmou a atriz, lembrando que a Agência Nacional do Cinema (Ancine) teve a discussão de sua criação iniciada justamente na Comissão de Educação do Senado.

A presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do estado do Rio Grande do Sul, Marley Bisol Danckwardt, defendeu a necessidade de se estabelecer uma política nacional do teatro, com verbas orçamentárias para programas pró-teatro, que poderiam ter como fontes uma taxa sobre as bilheterias teatrais e crédito governamental especial para recuperação de teatros e espaços cênicos e para a construção de um teatro nacional em cada capital do país.

Outro debatedor na audiência, o ator, produtor e diretor teatral Odilon Wagner considerou ser indispensável enxergar a atividade teatral como indústria geradora de empregos e de relevância para os setores da educação e do turismo.



Sérgio Zambiasi (C) preside debate com Paulo Pélico (E), Beatriz Segall, Marley Bisol e Odilon Wagner

Influência oficial, um risco a ser evitado

Ao iniciar o debate sobre a criação de uma agência nacional de teatro e de uma lei com uma política nacional para o setor, “que seja de Estado e não de governo”, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), considerou fundamental manter a identidade cultural e o caráter de brasilidade dos espetáculos, além da qualidade das produções. Ela lembrou que, nos Estados Unidos, a indústria que mais fatura, depois da armamentista, é a de entretenimento.

A autora do requerimen-

to para a realização da audiência, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), reconheceu as dificuldades da classe teatral, apesar da existência, no Brasil, de 180 entidades ligadas ao setor. Ideli destacou que o teatro representou o início do processo cultural da Humanidade, citando os gregos e romanos.

Decisão sobre incentivos

Para o senador Heráclito Fortes (DEM-PI), é preciso separar o governo do Estado, “para garantir que não serão os burocratas governamentais que decidirão sobre que peça teatral deverá ser incentivada”. Em

sua avaliação, quem deve opinar sobre o assunto são as pessoas do ramo teatral, por meio dos integrantes de uma futura agência nacional do teatro.

Marco Maciel (DEM-PE) ressaltou o teatro como uma arte que representa uma força propulsora de outras atividades culturais. Já Marisa Serrano (PSDB-MS), vice-presidente da subcomissão, apresentou a proposta de elaborar um anteprojeto sobre a agência e sobre uma política nacional de teatro e enviar a todos os interessados, para comentários e sugestões.



Presidida por Wellington Salgado (à dir.), CCT ouve Silveira Neto e Leopoldo Nunes em audiência pública

Conteúdo audiovisual com a cara brasileira

O conteúdo dos audiovisuais brasileiros precisa incluir a diversidade cultural existente no país. Essa é a opinião dos participantes da segunda audiência pública, realizada ontem, sobre o tema “Conteúdo audiovisual em tempos de convergência tecnológica” na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Na avaliação do superintendente-executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), César Rômulo Silveira Neto, o marco legal para o setor de audiovisual deve inserir a preservação da cultura nacional e o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Para ele, é importante que haja estímulo à produção de conteúdos nacionais, especialmente de caráter educativo, e o Estado deve possuir mecanismos com essa finalidade.

Silveira Neto frisou ainda que, para o aperfeiçoamento do marco regulatório, é necessário que a legislação beneficie todos os brasileiros e não apenas a parcela que pode consumir determinados serviços. Ele disse que se pode haver o risco de se discutir o aperfeiçoamento da legislação com foco restrito no mercado de alto poder aquisitivo.

O diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Leopoldo Nunes, afirmou que as empresas de televisão brasileiras

ainda utilizam o modelo antigo na produção de seus conteúdos. Esse modelo, observou, é similar ao da década de 1950, época em que Assis Chateaubriand implantou as primeiras emissoras de TV no país.

Convergência tecnológica

O atual cenário de convergência tecnológica, enfatizou o diretor da Ancine, propicia uma oportunidade para a correção de distorções da participação brasileira no mercado de audiovisuais. Na sua opinião, o novo ambiente que deverá ser inaugurado com o marco legal poderá causar “impactos desejáveis”, como o aumento da diversidade da oferta de conteúdo e o surgimento de novos atores sociais.

Novo integrante no conselho de comunicação

O vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), comunicou ontem que o colegiado apresentará proposta para incluir representante de produtores independentes de audiovisuais no Conselho de Comunicação Social, órgão de assessoramento do Congresso. A sugestão veio da diretora para Assuntos Internacionais da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema (ABPC), Assunção Hernandes.

A diretora também criticou o fato de o inciso III do artigo 221 da Constituição, que trata da regionalização da produção cultural, ainda não ter sido regulamentado, apesar de o projeto de lei com essa finalidade estar há mais de 15 anos

tramitando no Congresso. Ela salientou que os dispositivos constitucionais que se referem às empresas de comunicação já foram regulamentados e alterados e apelou aos senadores para que aprove também a regulamentação do artigo 221.

Já o presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (Acel), Ercio Alberto Zilli, frisou que a base do marco legal para o setor de audiovisual deve considerar a atual facilidade de armazenar e disseminar informações, diferentemente do momento em que a legislação reguladora do setor foi construída.

O especialista ressaltou que a nova legislação deve observar que o atual usuário não é mais mero receptor passivo. Ele es-

colhe e quer compartilhar conteúdos.

Conferência

A comissão aprovou requerimento do senador Wellington Salgado (PMDB-MG) para realização da Conferência Nacional Preparatória de Comunicações. Segundo a proposta, a conferência deve ser uma iniciativa conjunta do Senado, da Câmara, do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para discutir, entre outros temas, as políticas públicas relativas às comunicações e as possibilidades de atualização dos marcos legais e regulatórios para o setor. Novas conferências, em âmbito regional ou reunindo representantes da sociedade civil, poderão ser promovidas posteriormente.

Mozarildo aponta jogada em alerta sobre aquecimento

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comentou em Plenário estudos do cientista brasileiro radicado no exterior Luiz Carlos Molion, para quem há interesses comerciais dos países ricos por trás da tese do aquecimento global defendida pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) e “disseminada mundialmente pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore”.

– Tem de haver realmente o contraponto, o debate e o contraditório amplo, porque impingir essa história [do aquecimento global] é realmente uma jogada comercial das potências ricas e que não leva em conta uma série de dados científicos – acentuou o parlamentar, que citou entrevista concedida recentemente à revista *IstoÉ* por Molion.

Para contradizer a tese do aquecimento, e sempre se referindo ao cientista, Mozarildo informou que entre



Mozarildo: tese do aquecimento desconsidera dados científicos

1925 e 1946 a temperatura da Terra sofreu elevação de 0,4°C, superior às verificadas recentemente. Alguns cientistas, com base nesses números, defenderiam a teoria cíclica, segundo a qual haveria períodos de aquecimento seguidos de períodos de resfriamento.

Conforme a entrevista lida pelo senador, Molion entende que o aquecimento seria benéfico para o Brasil, pois garantiria um período mais prolongado de chuvas. Mozarildo foi apertado por Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Sibá Machado (PT-AC).

Mesquita Júnior condena ameaça a servidor do Ibama

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) pediu da tribuna a revisão de portaria do presidente em exercício do Ibama, Bazileu Alves Margarido Neto, que, segundo o senador, traria ameaças aos servidores em estágio probatório e aos grevistas, possivelmente punidos com corte de ponto.

– Isso é uma ameaça grave, que há muito tempo não via ser perpetrada no país – protestou.

Às vésperas do recesso do Legislativo, o parlamentar lamentou constatar que a mobilização dos servidores do Ibama não conseguiu sensibilizar o governo federal para alongar a discussão sobre a divisão do órgão. Ele disse que é inadmissível impor aos grevistas “um tratamento humilhante, que beira a retaliação”.

O fato levou Mesquita Júnior a pedir a Eduardo Suplicy (PT-SP) que interceda em favor da categoria. Suplicy admitiu fazer isso caso a MP 366/07 que divi-



Mesquita Júnior quer revisão de medida contra grevistas

de o Ibama e cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade seja aprovada pelo Senado e os servidores ponham fim à greve.

Em apartes, os senadores Expedito Júnior (PR-RO) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) se manifestaram contrários à aprovação da matéria.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que a votação da MP só deverá ocorrer após o recesso parlamentar por falta de acordo entre os líderes partidários.

Bancada de Rondônia cobra recursos a Lula

Expedito Júnior (PR-RO) informou da tribuna que a bancada de Rondônia e o governador do estado, Ivo Cassol, estiveram em audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pleiteando a liberação de R\$ 70 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), destinados a obras de saneamento na capital, Porto Velho.

Eles também cobraram a liberação de recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para Rondônia, no valor de R\$ 33 milhões.

Beron

Expedito destacou que a bancada pediu a Lula a conclusão do processo de extinção do Banco de Rondônia (Beron), que foi federalizado pelo Banco Central (BC) no governo Fernando Henrique Cardoso e depois devolvido ao estado, “com pendências graves, entre elas dívidas da instituição e a indefinição da situação dos funcionários do banco”, salientou.

O parlamentar defendeu a votação, no Senado, de projeto que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a dívida do Beron. “Quando o BC assumiu o Beron, a dívida era de R\$ 40 milhões, e o devolveu com R\$ 600 milhões [de dívidas]. Isso tem que ser discutido”, frisou o senador.

Expedito Júnior agradeceu à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, pela liberação das licenças ambientais do Ibama para a construção das hidrelétricas do rio Madeira (RO). Segundo o parlamentar, essas usinas irão dotar o país da energia elétrica necessária para o seu crescimento e para evitar os apagões.



Segundo Expedito, estado quer liberação de recursos do PAC

Senador diz que é preciso intensificar o debate sobre a concessão de pisos salariais diferenciados aos vários segmentos profissionais

Garibaldi pede salário mínimo por categoria

“Chegou o momento de intensificar os debates em torno de pisos diferenciados por categoria profissional”, afirmou ontem o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ao comentar a aprovação do projeto que institui aumento real para o salário mínimo igual ao crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois anos anteriores mais o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

– Apesar dos avanços alcançados, o salário [mínimo] ainda é muito baixo. – disse o senador, assinalando que é necessário um esforço para que se garanta



Garibaldi: mercado comporta aumentos mais generosos

a cada categoria ou atividade econômica a melhor remuneração possível.

Segundo Garibaldi Alves, o mercado de trabalho no país comporta um aumento salarial mais generoso,

porém existe “um sério limitador, que é o próprio Estado”.

– O salário mínimo vem deixando de ser referência expressiva para o mercado e se constitui hoje em indexador da Previdência, seguro-desemprego, abono salarial e assistência social para idosos e portadores de deficiência física pertencentes a famílias de baixa renda – observou.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) lembrou que cada real de aumento do salário mínimo representa um gasto adicional de R\$ 179 milhões anuais para os cofres da União.

Simon: “Como estaria se sentindo hoje Montoro?”

Pedro Simon (PMDB-RS) comunicou ao Plenário que a Fundação Memorial da América Latina realizará, a partir do dia 16, seminário intitulado “O Legado de Franco Montoro” (1916-1999), sobre a trajetória do ex-senador e ex-governador de São Paulo, e um dos mais atuantes políticos na luta pela redemocratização.

– Infelizmente, neste momento dramático que estamos atravessando agora, são raros os homens públicos que gozam de respeito

pleno e carinho dos nossos concidadãos. Era a voz da serenidade, do equilíbrio e da sabedoria – disse.

Simon lembrou que, em 1970, Montoro foi eleito para o Senado com mais de 2 milhões de votos, apesar das restrições impostas pelo regime militar, e se reelegeu, em 1978, com 4,8 milhões. Em 1982, foi escolhido governador de São Paulo, na primeira eleição direta desde 1965, com 5,5 milhões de votos, mais do que o dobro do segundo colocado.



Simon diz que ex-senador era a voz da serenidade e sabedoria

– Montoro foi um político com P maiúsculo, um homem de elevada qualidade moral e intelectual. Mas a pergunta melancólica que deixo no ar é: como estaria se sentindo hoje Franco Montoro, se senador fosse? – indagou.

Maciel presta homenagem a Borba Filho

Marco Maciel (DEM-PE) homenageou ontem em Plenário o teatrólogo e romancista pernambucano Hermilo Borba Filho, que completaria 90 anos no dia 8 de julho.

– O conjunto da obra de Hermilo Borba Filho contribuiu sobremaneira para a renovação do teatro brasileiro e para a criação de uma sólida dramaturgia nordestina – salientou



Maciel elogia obra do romancista e teatrólogo pernambucano

o senador.

Maciel lembrou que Hermilo Borba Filho, falecido em 1976, foi um dos mais expressivos teatrólogos e romancistas nordestinos, além de “extraordinário animador

cultural” que popularizou o teatro no Recife na década de 40, tendo inaugurado o Teatro de Arena na década de 60. Sua obra mais conhecida é *Cavaleiro da segunda decadência*.

O senador recordou que Hermilo se iniciou no teatro amador no seu estado e traduziu peças. Na década de 40, disse Maciel, fortaleceu a “estética nordestina” ao criar, em parceria com Ariano Suassuna, o Teatro de Estudante de Pernambuco.

Senador divulga resultados de viagem à Itália

Neuto de Conto (PMDB-SC) relatou viagem que fez à Itália, acompanhando comitiva do governo do estado de Santa Catarina, prefeitos e empresários locais. Segundo ele, o grupo foi oferecer aos italianos a possibilidade de negócios envolvendo os principais produtos da economia catarinense – entre eles as carnes bovina e suína, e móveis –, “além da oportunidade de convênios, acordos e entendimentos”.

– Visitamos várias províncias junto com empresários daquele país, administradores, governadores e parlamentares. Agora devemos aumentar nossa produção de carne suína para exportar para a Rússia, Itália e o resto do mundo. As perspectivas são boas.

O senador destacou ainda visita do grupo ao Senado da Itália e manifestou admiração pelo fato de aquele parlamento ser composto também por representantes da imigração italiana em todo o mundo, que são eleitos pelas comunidades italianas residentes em outros países.

Livro dos Heróis da Pátria pode incluir nome de Rondon

A Comissão de Educação (CE) aprovou na última terça-feira projeto de lei do senador Expedito Júnior (PR-RO) que inscreve o nome do marechal Rondon no Livro dos Heróis da Pátria. A inscrição deverá ser feita em 19 de janeiro do próximo ano, quando se completam 50 anos da morte de Cândido Mariano da Silva Rondon.

Na justificativa da proposta (PLS 218/07), que foi relatada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e aprovada terminativamente, Expedito Júnior lembra que Rondon foi um dos mais importantes pacificadores de comunidades indígenas do interior do Brasil, construindo “as primeiras pontes” entre esses índios e descendentes de europeus que se instalavam em áreas distantes do litoral.

Após eleição do novo presidente, senadores da CRA aprovaram requerimento para realização de debate sobre a lavoura cacaueteira

Neuto assume presidência da Comissão de Agricultura

Neuto de Conto (PMDB-SC) foi eleito ontem presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Ele substituiu Joaquim Roriz, que renunciou ao mandato de senador. Secretário de Agricultura de Santa Catarina entre 1987 e 1989, Neuto de Conto recebeu aprovação unânime, com 13 votos. O senador Expedito Júnior (PR-RO) permanece como vice-presidente da CRA.

Durante a reunião, Osmar Dias (PDT-PR) declarou que “o setor agrícola atravessou uma crise muito forte nos últimos anos e ainda sofre as consequências”. Ele disse que, além das dificuldades climáticas, a valorização cambial tem prejudicado a renda dos produtores.

– Devemos estabelecer uma pauta para a comissão, para interferir nos assuntos de importância para o setor – afirmou, acrescentando que o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes,



Ao lado de Expedito Júnior (D), Neuto de Conto preside reunião da CRA

pretende firmar parceria com a CRA.

Cacau

Logo após a eleição do presidente, a comissão aprovou requerimento de César Borges (DEM-BA) para a realização de audiência pública sobre a lavoura cacaueteira na Bahia. Ao defender a recuperação da atividade, o senador ressaltou que ela foi prejudicada, entre outros fatores, por pragas e pelos atuais preços internacionais.

César Borges solicitou, para o debate, a presença

do ministro da Agricultura, do diretor-geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, do presidente da Federação de Agricultura e Pecuária da Bahia e de representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Expedito Júnior acrescentou adendo ao requerimento, para que seja convidado ainda o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia – estado que também é um importante produtor de cacau.

Aprovados debates sobre biocombustíveis

A Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis deve realizar neste segundo semestre uma série de audiências públicas e seminários para debater a produção de biocombustíveis – e seus impactos – no país. Foram aprovados ontem cinco requerimentos com esse objetivo.

O presidente da subcomissão, senador João Tenório (PSDB-AL), é autor de três desses requerimentos. Em um deles, solicitou a realização de debate para tratar da produção nacional de biodiesel; em outro, a audiência pública terá a finalidade de discutir o impacto da produção de etanol no meio ambiente.

João Tenório propôs ainda um seminário internacional, previsto para ocorrer no início de outubro, visando “identificar



Tenório (E) e Sibá apresentam requerimentos para audiências e seminários

as barreiras mundiais aos biocombustíveis produzidos no Brasil”.

O senador Sibá Machado (PT-AC) apresentou outros dois requerimentos: um para que haja audiência pública com especialistas em zoneamento ecológico-econômico (ZEE), na qual será abordada a expansão das culturas agrícolas vinculadas à produção de

biocombustíveis; e outro para que sejam feitas diligências e visitas a empresas produtoras de biocombustíveis, “nas quais se possam observar as boas e as más experiências nos contextos trabalhista e ambiental”.

A Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis atua no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Para Camata, regularização de quilombos pode “gerar guerra”

Gerson Camata (PMDB-ES) voltou a alertar para iminente guerra racial no Brasil, que pode vir a ocorrer em virtude de um decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que regulamenta artigo da Constituição e concede propriedade de terra a quilombolas de todo o país. O senador disse que falsos quilombos estão se multiplicando “com carimbo oficial”.

– Estão se baseando num direito que não existe. Estão pregando o ódio racial, pensando que vão iniciar uma revolução cubana no Brasil. Escrituras centenárias estão sendo invalidadas. Tem gente se armando e se preparando para uma guerra. Estou avisando pela segunda vez, antes que algo lamentável aconteça – advertiu.

Camata mostrou um mapa produzido, a pedido do governo, pela UnB, “A Meca do atraso intelectual no Brasil”, em que áreas maiores que as reservadas



Decreto do governo fez surgir falsos quilombos, alerta Camata

aos índios e distribuídas por todo o país estão marcadas como sendo quilombos. O mapa, afirmou, não corresponde à verdade e, como exemplo, mostrou a situação do estado do Espírito Santo, “que praticamente desapareceu e se transformou em quilombo”.

– Acredito que não tenha sido essa a intenção do presidente Lula, mas tem gente que prega o ódio racial, como a ministra da Igualdade Racial [Matilde Ribeiro], que declarou ódio aos brancos. Quem fez isso está armando uma guerra racial no Brasil – frisou.

Mão Santa apóia proposta de criação do estado do Gurguéia

A idéia de dividir o Piauí, com a criação do estado do Gurguéia, ao sul, foi apoiada em Plenário por Mão Santa (PMDB-PI). Segundo observou, trata-se de uma região com grandes perspectivas agrícolas, e a população local reivindica a divisão desde 1950.

Para o senador, a experiência brasileira mostra que a criação de municípios ou estados leva ao desenvolvimento da área, que passa a ter repasse próprio dos fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. Citou que várias regiões piauienses tiveram grande impacto nos anos 80 com a formação de aproximadamente 30 novos municípios.

Mão Santa ponderou que “está na hora de começar a dividir” alguns estados, como o Pará e o Amazonas. Ele frisou que o México, bem menor que o Brasil, tem 35 estados, enquanto aqui são 27. No caso piauiense, salientou que



Divisão do Piauí pode desenvolver a região, observa Mão Santa

o sul fica mais perto de Brasília do que da capital Teresina, e o estado tem formato alongado, favorecendo a divisão geográfica.

O parlamentar disse ter ficado impressionado ao ouvir o então presidente Fernando Henrique Cardoso discorrer sobre as potencialidades da região, com seus cerrados aptos à plantação de soja e outros cereais. Lembrou que foi no governo FHC que a região contou com um tronco de energia elétrica de alta potência, permitindo a instalação de uma unidade de esmagamento de soja.